

PARA UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-SEMÂNTICA DA PROJEÇÃO ADVERBIAL NOS VERBOS PORTUGUESES DO TIPO *JOGAR FORA*

Mário Eduardo Viaro*

RESUMO: Este artigo trata das construções de verbo+advérbio de lugar no português, que, comparadas com outras línguas (*phrasal verbs* do inglês e *trennbare Verben* do alemão), formam um conjunto pouco produtivo. Essas construções têm sua origem na projeção adverbial de verbos prefixados e trazem consigo uma imagem que tem, muitas vezes, divulgação translingüística.

Palavras-chave: sintaxe, semântica, advérbios de lugar, gramaticalização, derivas.

1. DERIVAS LINGÜÍSTICAS

Ao se estudar uma língua, depara-se freqüentemente com a questão das suas peculiaridades que, não raro, estão associadas a alguns preconceitos ou, no mínimo, a alguns mal-entendidos. Dessa forma, é bastante comum ver os *phrasal verbs* do inglês ou os *trennbare Verben* do alemão como problemas ou dificuldades dessas línguas, como se tais estruturas lhes fossem típicas, uma espécie de extensão dos traços culturais que se atribuem amiúde à índole de um povo caracterizando-o ou estigmatizando-o.

Não é difícil verificar que há semelhanças morfossintáticas e semânticas entre um *to give up* inglês e um *aufgeben* alemão. Isso é

* Universidade de São Paulo.

justificado como uma característica quase filogenética. Dito doutra forma, tal modo de se expressar estaria associado às línguas germânicas. Do mesmo modo, em casos cuja afiliação é incerta, já se lançou mão do pressuposto da existência de traços imutáveis: afiliou-se o basco às línguas caucasianas, o tronco altaico ao tronco fino-ugriano ou aproximou-se o japonês do coreano sob o embasamento de semelhanças sintáticas, como a estrutura SOV, e até mesmo fonológicas, por exemplo, a harmonia vocálica (Moseley e Asher, 1994, p. 182-4).

Modelos que apostam no conceito das derivas reforçam uma crença em traços hereditariamente adquiridos, cujo aparecimento inexorável é só questão de tempo. Assim se explicam também tantos outros fenômenos diacrônicos comprovados com a força dos dados, mas carentes de teoria sólida, o que acaba por fim adicionando uma aura de mistério ao mecanismo das derivas, algo semelhante ao “fim obscuramente perseguido” de que fala Bréal (1992, p. 30). O surgimento de um objeto direto preposicionado para substantivos com o traço semântico [+humano] que se tornou sistemático em castelhano e em romeno, sem falar de dialetos da Itália Meridional, é um fenômeno passível de explicação por meio de deriva, como se essas línguas *tivessem de* – cedo ou tarde – desenvolver essa estrutura. Da mesma forma, no campo da fonética, um *t*-intervocálico passa a *-d-*, não importa quando, nas línguas românicas. A primeira que se adiantou foi o francês: *maturum* > **medur*, mais tarde, o português e o castelhano, mas ainda não o italiano e o romeno. Quando o português completou a transformação *maturum* > *maduro*, o francês já havia sincopado o *-d-* e gerado **medur* > *meür* (posteriormente *mûr*). O português havia também nessa época sincopado os *-d-* herdados: *pedem* > *pee*, no entanto, teria de esperar até o séc XV para começar a fazê-lo parcialmente nas terminações de segunda do plural: *-ades* > *-aes* e o castelhano ainda mais tempo para fazer o mesmo com a terminação dos participios *pasado* > *pasao*, ainda que essa última transformação não tenha atingido até hoje todos os âmbitos daquela língua, por estar circunscrita ao

nível coloquial e regional. De qualquer forma, estabelece-se uma deriva do latim às línguas românicas a saber, *-t-* > *-d-* > *-Ø-*, que não é o mesmo que ocorre com as línguas germânicas (*d* > *t* > *t^h* etc.).

Fenômenos que sejam “contrários” às derivas são considerados, muitas vezes, interferências de outras línguas, como se fosse um processo de mestiçagem ou de interpolação do sistema, ferindo assim suas estruturas até então imaculadas. Assim é com o romanche, que desenvolveu uma estrutura *verbo+advérbio de lugar*, interpretada como puro decalque dos supracitados *trennbare Verben* do alemão. De fato, formas romanches como *dar si*, literalmente “dar para cima”, lembram muito o *aufgeben* do alemão, que também é composto de *auf* “para cima” e *geben* “dar”. Praticamente todo romanche é bilíngüe, a ponto de o alemão ser a língua que mais usa no dia-a-dia. Além disso, a estrutura, segundo se diz, não ocorre em outras línguas românicas. O decalque se impõe como óbvio e inegável (Viario, 2001).

Há aí, porém, três graves problemas que subjazem aos pressupostos dessa afirmação:

– Pressuposto nº 1: Se todo sistema lingüístico é derivado de outro mais antigo e uma estrutura não-típica do latim aparece numa língua românica, então essa estrutura não é uma “estrutura românica”. Esse pressuposto é errôneo. O curioso é que abundam formas com a estrutura *verbo+advérbio* no latim medieval. Esse fenômeno é românico e atestado em textos muito antigos do latim medieval como na *Peregrinatio Egeriae*, onde ele é particularmente freqüente: *statim ingreditur intro spelunca* (XXIV, 2), *intrat intra cancellos* (XXIV, 3), *denuo retro reuertebantur* (VII, 3), *statim egressi sumus foras* (XII, 4), *nos statim suscipientes duxerunt suso ad ecclesiam* (XIV, 1), *cum ergo descendissemus de ecclesia deorsum* (XIV, 2).

– Pressuposto nº 2: Se tempo e espaço forem definidos, para fins de restrição do objeto a ser descrito e analisado, então se espera uniformidade no sistema lingüístico. Dito de outro modo: dado um limite para se fazer sincronia (por exemplo, séc. XVII) e outro para as variantes diatópicas (por exemplo, nordeste de Portugal),

supõe-se que o objeto analisado será uniforme. O erro desse pressuposto parece ainda mais óbvio. Sempre houve variação sociolinguística: o português arcaico não passou, simplesmente, a português moderno. Na sua gênese já ocorria a variação: *menço/minto, coisa/cousa, moiro/morro, perdo/perço/perco, sabido/sabudo, comido/comesto*. Mesmo sem uma norma culta, ditada por uma instância superior ao falante, sempre houve titubeação diante da variação. Assim, não é possível imaginar que o substantivo português *geolho* foi substituído, da noite para o dia, em todos os falantes e em todas as situações discursivas, pela atual forma *joelho*. Houve um momento de titubeação entre as formas: os próprios textos a refletem, que não dizer da fala? A influência motivada pelo conhecimento da existência de uma norma culta (no caso medieval, representada pelo latim) aumenta ainda mais a titubeação. O mesmo falante não é consistente na realização de um fonema, como mostra qualquer gravação; antes, sua realização parece estar mais condicionada a determinadas palavras do que à sistematicidade da realização. Já no século XIX era conhecido que a transformação *-k- > -ch-* na posição intervocálica, mais característica do alemão meridional, não encontrava uma sistematicidade, uma vez que, dependendo da palavra, as isoglossas não coincidiam.

– Pressuposto nº 3: Um sistema linguístico pode se subordinar a outro sistema linguístico. Esse parece o mais absurdo dos erros, uma vez que só parece ser possível no contexto da enunciação, quando se estuda o fenômeno do bilingüismo. Mas se a subordinação de sistemas é possível na competência de um dado falante, isso não parece que seja regra para todos os falantes. É possível dizer que *dar si* com o significado que se lhe atribui (“desistir”) seja um decalque criado no sistema romanche pela semelhança de enunciados de muitos bilíngües que também entendem o que é *aufgeben*, mas isso não vale para o conjunto de significados de *dar si*, que tem significados independentes dos de *aufgeben* (e esse verbo alemão, *vice versa*, também os tem). Tãmpouco é possível desse exemplo (ou de outras dezenas de similares) saltar para a preconceituosa afir-

mação de que essa estrutura é germânica ou, nos dizeres de Ascoli (1873), *materia germanica in spirito tedesco*. Igualmente preconceituoso é o comportamento da padronização do romanche, ao confinar a estrutura no nível popular e substituindo *dar si* pela forma pan-românica *desister* no nível culto. No século XIX o mesmo foi feito com o vocabulário eslavo do romeno, com aparentes resultados positivos; no entanto, o mesmo não vale para o romanche, que corre perigo de extinção e, por isso mesmo, é estigmatizado como língua menor até mesmo pelos próprios falantes, para não falar da impressionante fragmentação dialetal. Uma norma culta que julga a enunciação de seus falantes, transferindo a sua expressão normal para o nível popular e propondo outra, que lhes é abstrusa, é, no caso de uma língua em extinção, no mínimo, uma sentença de morte.

2. O ASPECTO TRANSLINGÜÍSTICO DA CONSTRUÇÃO VERBO + ADVÉRBIO (CVA)

Menos dramática é a situação do português. Com referência ao primeiro erro acima elencado, observa-se que a construção latina teve continuidade em português, uma vez que há formas como *cair fora*. Contudo, é difícil perscrutar um único exemplo de derivação latina direta. Isso não se deve tanto à falta de estudos de sintaxe diacrônica, mas à falta de exemplos. O exemplo acima, que diz *descendere deorsum*, é, do ponto de vista semântico e sintático, a mesma coisa que formas que se ouvem amiúde, como *descer para baixo*, mas há um abismo lexical entre a primeira combinação e a segunda. A solução da deriva parece uma forma cômoda de explicação do fenômeno. Por outro lado, *cair fora* não se apóia em uma construção latina, uma vez que foi formada dentro do português e tem um valor coloquial inegável, lembrando um pouco o que foi dito acima sobre a transformação *-d- > -Ø-* no castelhano *pasao*. Isso remete ao segundo erro acima exposto: construções como essa

existem inegavelmente no português, não são fruto de contato linguístico ou interpolação, não são decalques, ou seja, são tipicamente portuguesas. Aqui serão chamadas CVA, ou seja, *construções Verbo+Advérbio de Lugar*, que acaba sendo o mesmo fenômeno dos *phrasal verbs* ou dos *trennbare Verben* alemães. Usa-se aqui a terminologia tradicional “advérbio de lugar”, uma vez que não será verificado o seu valor não-predicativo, característico dos circunstanciais de lugar (Castilho, 1993, p. 73). Essa construção não é típica das línguas germânicas assim como também não é exclusivamente românica a construção *ter+particípio* para a indicação de tempos pretéritos (cf. *tenho feito, ho fatto, I have made, ich habe gemacht*). Da mesma forma que se fala de isoglossas fonéticas, é possível imaginar isoglossas sintáticas e isoglossas semânticas, que vão para além do limite “genético” das línguas (Sandfeld, 1930). Assim, a CVA existe nas línguas românicas e nas germânicas, sem falar das eslavas: o esloveno participa desse mesmo processo, cf. *prii nazaj* “voltar”, *prii naokrog* “dar uma volta”, *iti ven* “sair”, *iti gor* “subir”, *iti mimo* “passar” (Albretti, 1997; Kotnik, 1963) ou até mesmo fora do ramo indo-europeu, como no húngaro, cf. *ül le* “sentar-se”, *bont ki* “abrir” (MAGAY & KISS 1996). Dizer que a CVA tenha, no romanche, origem no alemão seria tão absurdo quanto dizer que a construção *estar+gerúndio*, presente no português, castelhano e italiano desde os primeiros documentos, tenha origem no inglês.

Outro exemplo seria a construção *dar uma +ada*, que tem uma larga área de realização presente tanto no romanche quanto no português (cf. *dar ina risada* “dar uma risada”). Curiosamente, o português associa essa construção com golpes: *dar uma paulada*, *dar uma panelada*, *dar uma chinelada* e o francês tem construções como *donner un coup de téléphone* “dar um telefonema rápido”, que equivale ao coloquial *dar uma telefonada*. Recorrer novamente a uma explicação no latim vulgar ou então às derivas seria cômodo, mas como justificar uma similaridade tão grande?

Em comum a todas essas formas há um fator, muitas vezes desconsiderado, talvez por falta do questionamento de alguns postu-

lados estruturalistas: a influência da norma culta e, por conseguinte, da escrita. Somente interferências da escrita explicam a variação de pronúncia em palavras como *tóxico* [ks] ou [š] ou *adquirir* [k] ou [kw]. A proscrição de muitas das CVA da língua escrita garante a tacha de indigna às formas analíticas, às ênfases, aos pleonasmos “viciosos”, relegando-os à margem da língua, ou seja, na língua falada. A forma *descer para baixo* é vítima da abominação de todos, simplesmente por ser pleonasma. A atitude refratária a essa forma tem, com certeza, suas raízes no logicismo do séc. XVIII, já que formas como *sair fora* são freqüentes em textos renascentistas e barrocos. A redundância e o pleonasma se tornaram vícios de linguagem, ligados ao risível e símbolo da ignorância. Nessa época consolida-se o império do conteúdo sobre a forma, uma vez que o pensamento lógico prescindia de inúteis expressões rebuscadas, resultado das disputas um século antes, quando se debatiam sobre as eficácias dos cultismos ou dos conceptismos. Já a aversão às formas analíticas é muito mais antiga. Sendo o latim clássico uma língua com maior sintetismo do que as românicas, concentrada mais em terminações casuais e desinências verbais do que na sintaxe, parece natural entender que os estudos sintáticos tenham sido vistos como um componente menor nos estudos gramaticais e linguísticos. Esse panorama epistemológico desenvolveu todo tipo de conseqüências. Por exemplo, as construções analíticas ou perifrásticas dos verbos não têm nome tradicional: construções como *estava fazendo* não dispõem de nome independente do Pretérito Imperfeito do Indicativo *fazia*. Além disso, novas construções e até mesmo alterações do sistema não são levadas em conta pela Gramática: quando se diz que *cantarei* está sendo substituído por *vou cantar*, falta um nome a esse “substituto” do Futuro do Presente do Indicativo. Pior que isso, não se observa que, na verdade, essa forma não é meramente uma alternativa para o futuro, mas está semanticamente associada a outros campos semânticos como a volição, a promessa, a intenção, que estão na base da nova construção *ir+infinitivo*, uma vez que também se diz *fui fazer, ia fazer, for fazer* e até mesmo

irei fazer. Formas como *for fazer* são antigas, já atestadas em D. Denis (Huber, 1986, p. 234, que as interpreta erroneamente como *ser + infinitivo*).

Paralelamente, expressões como a *perda* dos casos morfológicos, que *obrigaria* uma maior utilização dos recursos sintáticos, parecem ligar-se conceptualmente a uma questão do decréscimo indesejável do patrimônio, a algo que é feito por falta de opções. Da mesma forma, o decalque é visto por muitos como uma espécie de *empréstimo* no nível semântico. Também essa metáfora do *empréstimo* associa-se a uma dívida, em que uma língua é tributária de outra (o terceiro erro enumerado no capítulo anterior). Muito diferente seria a visão do mesmo fenômeno se ele fosse nomeado não como *empréstimo*, mas como *doação* ou *presente*. Essa visão dos fenômenos é, todavia, fruto de longo processo que os estudos lingüísticos herdaram da visão gramatical. Não são as interferências ou influências que descaracterizam uma outra língua a ponto de ela se tornar uma ferramenta imprestável para o uso comunicativo. Pelo contrário, essas influências normalmente a enriquecem. O problema se vincula antes ao prestígio das línguas em questão e à imagem que o falante tem de si e de sua língua. Crenças comuns como a de que o falante nativo não domina sua própria língua materna podem ser muito mais perniciosas para línguas em extinção e outros sistemas sem prestígio sociolingüístico, podendo trazer entraves complexos para sua aceitação e seu ensino em sociedades com grandes diferenças sociais como a brasileira.

3. O MECANISMO DA PROJEÇÃO ADVERBIAL (PA)

Como visto, a Construção Verbo + Advérbio (CVA) é uma entre tantas construções sintáticas presentes não só no português ou nas línguas românicas, mas também nas germânicas e até em não-indo-européias. O elemento dinâmico que a promove será denominado aqui *Projeção Adverbial*, ou, mais concisamente, PA. A projeção adver-

bial é um fenômeno de reação à gramaticalização dos prefixos, uma transformação de elementos morfológicos em lexicais, seguido de uma transposição sintática, ou seja, um antigo prefixo, ao esvaziar aos poucos seus elementos significativos, tenta recuperá-los, transformando-se num advérbio semanticamente equivalente que, por sua vez, se transpõe necessariamente para depois do verbo. Serão detalhados, neste capítulo, alguns passos que permitem afirmar que $PA = CPV > CVA$, onde CPV é uma construção de *prefixo + verbo*. Outras transposições paulatinas da morfologia para a sintaxe se vêem na substituição dos casos latinos por posições na oração, na substituição das desinências de voz passiva pela construção *ser + participio* etc.

No húngaro, essa transposição é evidente, mas por motivos de ênfase e não por esvaziamento semântico: uma frase como *a pincér behozza a kávé*, "o garçom traz o café", não tem ênfase (estrutura SVO, típica de verbos transitivos com objeto direto definido), mas uma vez que há ênfase ou no sujeito ou no objeto direto, o prefixo *be-*, "para dentro", se desloca para depois do verbo: o elemento enfatizado fica imediatamente antes do verbo, de modo que se estabeleça uma unidade fônica (pois em húngaro o acento é fixado na primeira sílaba do elemento enfatizado). Dessa forma, entre o elemento enfatizado e o verbo não há nada, nem mesmo um prefixo, garantindo o fluxo da entoação: *a pincér a kávé* *hozza be*, "é o café que o garçom traz"; *a kávé* *hozza be a pincér*, idem; *a pincér hozza be a kávé*, "é o garçom que traz o café"; *a kávé a pincér hozza be*, idem.

No alemão, existe um elemento comumente chamado de prefixo separável (*Verbzusatz*), a despeito da flagrante contradição dos termos. Esse elemento não se desloca por razões de ênfase, como no húngaro, mas por razões sintáticas: apenas em orações não-subordinadas cujo verbo principal está numa forma flexionada, como mostram as famosas tmeses alemãs: *zumachen*, "fechar"; *ich mache zu*, "eu fecho"; *ich mache die Tür von meinem Auto sehr schnell zu*, "eu fecho a porta de meu carro muito rapidamente". O advérbio *zu*,

impropriamente chamado "prefixo", aparece no final da frase: é a chamada *Endstellung* do alemão. Esse mecanismo na verdade parece a projeção adverbial a que se refere esse capítulo. Na verdade não o é, mas isso será mais detalhado abaixo. Além disso, esse prefixo é semanticamente mais forte que o verbo, o que se pode provar, ao se questionarem os limites da arbitrariedade do signo sob o ponto de vista funcionalista (Bybee *et alii*, 1994, p. 19-21), pelo fato de ele receber a tonicidade: *zumachen*, *aufmachen*. Esse componente pode ainda adquirir derivações semânticas complexas: de *zumachen* "fechar", deriva-se um *zu* com o mesmo significado: *die Tür ist zu* "a porta está fechada", donde é possível fazer uma recomposição: *zuknallen*, "fechar a porta, batendo-a com força", composto de *zu*, "fechado", e *knallen*, "fazer barulho". Sintaticamente, isso permite a omissão dos verbos principais a ele atrelados, em construções com verbos modais: *ich konnte nicht herein* "eu não pude entrar" em vez de *ich konnte nicht hereingehen*, ou seja, sem o verbo *gehen*, "ir" (literalmente algo como "não pude para dentro"). Dessa forma, o prefixo está num campo semântico independente do verbo, não se funde totalmente com ele, tem vida própria e independe dele.

No latim, o prefixo também levava o acento em época arcaica, o que justifica a apofonia de tantos verbos: *cado*, *íncido*; *capto*, *ácepto*, posteriormente, *accépto* (Lindsay, 1937, p. 34-41). As *tmeses* em latim são raras, embora haja com frequência repetição do advérbio sob a forma de preposição, que ainda dispunham de valor adverbial, mas que se converteu em regência, ainda visível em tantos casos do português: "*depende de*", "*assistir a*", "*combinar com*". Essa projeção adverbial, ou seja, a cópia ou a transposição do advérbio para depois do verbo (semelhante ao que aconteceu com o objeto direto e demais complementos) gerou a CVA nas línguas românicas. Embora haja aparentemente uma projeção idêntica no alemão, a regra do *Endstellung* não se efetua com frequência, regularidade e rigidez em nenhuma língua românica, nem mesmo no romanche, em que a CVA é tachada de germanismo ou decalque. Na verdade,

são fenômenos diferentes. No caso do alemão é de se crer que haja na verdade uma anteposição do verbo para a segunda posição da sentença, uma vez que o prefixo só é realmente pré-fixado às formas nominais (infinitivo e participios) ou nas formas flexionadas em oração subordinada. No caso do alemão, do ponto de vista diacrônico, portanto, em vez de projeção adverbial, o que há é anteposição verbal, ou seja, o inverso. O advérbio tem uma posição fixa: no final da sentença, no máximo, antes de um eventual verbo que não fora anteposto.

Essa anteposição verbal também ocorreu no latim, num período anterior ao da projeção adverbial, mas o advérbio o acompanhou sob a forma de prefixo.

A semelhança do procedimento parece ser uma prova de deriva indo-européia e nada tem a ver com o contato. A projeção e a anteposição reagiram tanto no alemão, quanto nos falares românicos, à gramaticalização do prefixo, embora, em muitos casos, ela tenha ocorrido, criando uma maior solda entre advérbio prefixado e verbo (*com+edere* > *comer*; *vor+halten* > *verhalten*). No romeno, que não sofreu os reforços do latim medieval, há pouquíssimos testemunhos de prefixos latinos herdados. Isso nos faz pensar que a manutenção dos prefixos com seus valores antigos antes seja uma reação do latim medieval à gramaticalização do que propriamente uma deriva românica. A hipótese mística da inexorabilidade das derivas cede, assim, à hipótese da interferência espontânea dos falantes. Substitui-se, desse modo, um elemento de crença (ou se acredita ou não em derivas) por um dado evidente nos estudos sociolinguísticos: a titubeação diante das variações. A mudança passa a depender exclusivamente da vontade e do julgamento dos falantes. Esses componentes associam-se a outro, funcional, que vê no pleonismo e na redundância um elemento de clareza, um facilitador para a comunicação, um elemento desambigüizador. Muitas vezes a "consustanciação" de uma deriva, que cedo ou tarde se realiza, independente do tempo ou do espaço, se tratava apenas de uma variante, sem prestígio para ascender à língua escrita, que passava

despercebida por seu caráter não-distintivo ou, muitas vezes, por não ter grafemas que os expressassem. Um exemplo se dá com a realização do /k/ latino: por toda parte (exceto no sardo), o /k/ se palatalizou diante de /e/ ou /i/, por razões articulatórias. No francês, /k/ também se palatalizou diante de /a/ e, mais tarde, o mesmo ocorreu no romanche e no norte da Itália. Isso normalmente é atrelado ao substrato celta, mas tudo depende da posição sistêmica do /a/: se ele é interpretado como [+anterior -arredondado], ficará junto com /e/ e /i/, por oposição a /o/ e /u/, [-anterior +arredondado] e /k/ se palatalizará, mas se /a/ é entendido como [+posterior] estará junto com /o/ e /u/, em oposição a /e/ e /i/, que seriam [-posterior]. Seriam dois sistemas que coexistiam no mesmo latim vulgar e que se debatiam no âmbito do falante, sob a égide da variação, daí haver tantas exceções para a palatalização de /k/+a/, que são tidas como "reconstruções" tardias. O surgimento de fonemas com traços [+anterior +arredondado] numa fase posterior, por exemplo, /y/, não promoveu a palatalização de um /k/ anterior no francês, mas promoveu parcialmente no romanche. Estranho é atribuir isso ao substrato celta, mesmo que o fenômeno ocorresse séculos após a extinção das línguas célticas. Já a conservação universal do /k/ do sardo é tida como arcaísmo: jamais é interpretada como um refreamento causado por um substrato mediterrâneo que tivesse esquemas silábicos como, por exemplo, uvulares+vogais anteriores como /qi/, reinterpretadas como /ki/. A conservação nem sempre é questionada da mesma forma que a inovação.

Em latim, o verbo, elemento principal da oração, ou seja, o de maior importância oracional (Tesnière, 1988), normalmente está no final porque, com certeza, em algum momento, no indo-europeu a palavra de maior importância ocupava também a posição de maior ênfase. A extremidade oposta, ou seja, o início, também é privilegiada para fins comunicativos. Foi para lá que foi se dirigindo, aos poucos, o sujeito, que, apesar de não ter maior importância, nem maior poder hierarquizador que o verbo, acabou tomando para si um papel temático, dado velho sobre o qual se referia o novo, remático,

predicativo. Sem casos ou com casos muito ambíguos, as línguas indo-européias tenderam a fixar a ordem dos argumentos e do verbo. Isso aconteceu com o velho persa, depois com o germânico, seguido do grego e bem depois, com ítalo-céltico e ainda não atingiu de todo o balto-eslavo. Seria fácil encontrar aí uma prova para o fenômeno da deriva, mas as razões dessas simplificações de casos estão muitas vezes em fatores meramente fonéticos e em muitos outros que se perdem no tempo, que permeiam também a divulgação de elementos culturais extralingüísticos: hábitos, crenças e pressupostos culturais nem sempre alicerçados numa instituição com bases materiais, porém reconstituíveis por meio de modelos e hipóteses.

Seja como for, a posição inicial passa a ser usada como alternativa de posição enfática. Pode-se dizer que, nesse momento, a estrutura sintática passa de XV para SXV nas estruturas em que a ênfase recaía sobre o dado novo, topicalizado. Com a confluência formal das terminações, frases como *Petrum Paulus occidit* não eram mais possíveis, dando lugar à rigidez sintática. Surge o esquema SVX em que o sujeito, ambíguo pela erosão dos casos, fica na nova posição de maior ênfase, enquanto o verbo, sempre de maior significância, o segue, como que se quisesse ocupar essa posição. O grupo céltico comprova que o deslocamento da posição de ênfase ocorreu antes da erosão dos casos, pois seu esquema básico é VSX, o mesmo das interrogativas nas línguas germânicas e românicas. O verbo germânico, porém, continua na sua antiga posição de ênfase quando não se desenvolve um sujeito, ou seja, nas formas nominais; por isso nos infinitivos e participios a ordem alemã, nesses casos, continua a ser XV. Também em frases em que o sujeito não é ambíguo e outro elemento qualquer assume a posição de ênfase, é o verbo, palavra de maior significância, que antecede o sujeito e não o contrário: XVS.

Esses movimentos apontam para uma paulatina mudança do campo de ênfase do extremo à direita para o da esquerda e para uma eterna concorrência entre um tópico/antitópico e o verbo,

elemento central da oração. Decidido qual é o extremo enfático, segue-se um enrijecimento sintático. O enrijecimento, por sua vez, torna a frase inexpressiva para a comunicação e o extremo oposto passa a ser privilegiado como enfatizador. Assim, numa estrutura enrijecida, em que o verbo passa a ocupar a posição de ênfase, do tipo XV, o extremo pré-verbal passa a ser o local ideal para a expressividade estilística da ênfase, já numa estrutura VX é o contrário que se dá: a posição pós-verbal é a mais interessante. É nessa última possibilidade que se enquadra parcialmente o processo da projeção adverbial. A extinção da funcionalidade de advérbios que ocupavam a posição pré-verbal, fundindo-se em significado com a raiz, e a possibilidade da posição pós-verbal e da *tmese* se tornaram úteis para as línguas indo-européias, que ainda dispunham da posição final como a preenchida por termos com maior ênfase ou importância sintática.

No latim vulgar a posição XV se foi, aos poucos, substituindo por SVX. Nesse momento, o germânico mantinha a posição final como a enfática, como ainda mantém em muitas construções. Quanto à redução de casos, se o alemão tinha, ao menos para o masculino, alguma distinção entre sujeito/não-sujeito (cf. *der Mann – den Mann*), o latim vulgar já não tinha nenhuma (*lupus* e *lupum* haviam se tornado *lupu-*), embora houvesse sobrevivência no plural (*lupi/lupos*, como atesta a irregularidade do plural ladino). Isso explica por que esquemas como VXS e XVS aparecem, por exemplo, no romanche, no francês e no alemão, mas a estrutura SXV só aparece no alemão. Trata-se de isoglossas sintáticas e não influências descaracterizadoras da linguagem. Também no bregalhoto, dialeto romanche extinto dos Grisões, surgiu um plural em *-n*, que não tem nada a ver com o alemão, língua em que essa é apenas uma das terminações possíveis (ao lado de *-e*, *-er*, \emptyset). O *-n* plural do bregalhoto é a desinência verbal da 3ª pessoa do plural, ou seja, deriva do lat. *-nt*. Foi transferida dos verbos para os nomes por processo semelhante ao que formou *eglino*, “eles”, no italiano padrão. Diziam *la cantan*, “cantam” (com pronome sujeito átono), e passaram a dizer *la strian*, “as bruxas”

(ou *lan stria*). O alemão com certeza tolerou a mudança mas não foi a causa: a inovação com certeza teria menos chance de sucesso em áreas em que o *-n* jamais fosse desinência de plural. Fenômeno parecido ocorreu entre o papiamento e o holandês com terminações de plural em *-n*. O romeno, por exemplo, tem uma terminação *-o* para vocativos femininos que é comum ao eslavo. Também tem um vocativo em *-e* que pode ter herdado tanto do eslavo quanto do latim. A terminação *-e* em latim era especial (apenas 2ª declinação com nominativo em *-us*) e caiu cedo no próprio latim. Deve ter permanecido e os falantes bilíngües a toleraram melhor do que em outras regiões. Essa tolerância deu margem ao “empréstimo” da terminação *-o* do vocativo feminino. Cumpre observar que o caso vocativo não é obrigatório para o romeno, mas associado a um discurso mais informal, de modo que se pode dizer *Ana!* ou *Ano!*, dependendo do grau de intimidade que se tem com a pessoa. Antes da rigidez sintática do alemão ou do latim vulgar, essas formas também eram opcionais, ligadas antes à expressividade enfática. Cumpre até indagar se essa rigidez não sofreu um reforço da corrente logicizante da gramática. De qualquer forma, o enrijecimento segue a seqüência hierárquica: pragmática > semântica > gramática (Castilho, 1998, p. 149). Antes de uma posição fixa, o elemento adverbial era carregado de sentidos, que foram se especializando na prática discursiva.

Outros exemplos atribuídos ao contato poderiam ser desmontados com contra-exemplos do português: um pronome posposto tônico desenvolveu-se mais tarde no dialeto sobresselvano do romanche: *el respetga fetg tej*, “elê te respeita muito” (lit. “ele respeita muito ti”), e é considerado germanismo, embora os pronomes pessoais do alemão não sejam tônicos e apesar de construções como *jeu hai viu ella* lembrarem muito formas como a do português brasileiro *eu vi ela* ou do português arcaico *ela viu mim*. À semelhança dos prefixos átonos que se transformam em advérbios pós-verbais tônicos, o procedimento parece o mesmo e nada tem a ver com germanismo. O mesmo se poderia dizer para o advérbio de negação, que

em sobresselvano seria *jeu sai buca* sem falar do francês *je ne sais pas*, que se torna cada vez mais *je sais pas* ou em algumas regiões do Brasil, onde *eu não sei não* se torna *sei não*. Essa tendência ainda é coloquial, como mostram os exemplos em francês e português, assim como o eram na fase do latim vulgar, quando conviviam com outras variantes. A repetição pleonástica da negativa se desenvolveu numa língua germânica falada bastante longe da influência românica: o africânder (Schalkwik, 1992).

Entendendo V como “verbo”, A como “advérbio de lugar” e G como argumento, prescrevem-se, portanto, as seguintes situações de CVA:

- V G A G = contexto completo; o advérbio funciona como preposição.
- V G A Ø = contexto sem complemento do advérbio.
- V Ø A G = contexto sem complemento do verbo: o advérbio funciona como advérbio ou preposição, dependendo da distância do desvio semântico da combinação em relação ao verbo original.
- V Ø A Ø = contexto sem complemento do advérbio e do verbo. A fusão semântica pode gerar um outro complemento, do conjunto total e não só do advérbio: (V Ø A Ø) G.

Às vezes, é difícil distinguir V Ø A G de (V Ø A Ø)G, exceto quando o complemento é preposicionado. Também há casos em que o verbo é intransitivo e gera situações de difícil solução como V A ou V A G. Outra construção possível é (V Ø A Ø) A (cf. ingl. *to give over to* “dedicar-se”, *to give up on* “abandonar”), que ainda pode vir com complemento ligado ao advérbio ou à combinação: (V Ø A Ø) A G ou (V Ø A Ø) G A.

Do ponto de vista diacrônico, podem-se estipular as seguintes hipóteses para um verbo como *ingredior* “entrar”:

Antes do séc. IV a.C., seguindo o padrão indo-europeu com ênfase no extremo final oracional, o latim justapôs o advérbio de lugar ao verbo em questão, mantendo o acento tônico no advérbio

à maneira do verbo alemão, criando, na verdade, uma solda tênue, ainda não característica do prefixo: são as *construções advérbio+verbo* (CAV). Somente a indicação do complemento no acusativo bastava para indicar o movimento alativo.

CAV *in + greditur* > acusativo+*íngreditur*

Num segundo momento, o acento se desloca e o advérbio, parcialmente gramaticalizado (Givón, 1979, p. 83), passa a ter um caráter de prefixo. O verbo adquiria, então, novos significados, obscurecendo a relação espacial entre verbo e advérbio. A tendência de enrijecimento da posição verbal no final da oração não venceu, como no germânico, antes se tornou uma posição optativa. O acusativo manteve-se, seguindo o esquema da etapa anterior:

CAV > CPV *íngreditur* > *ingréditur*+acusativo

Na época clássica, os dados testemunham que, quando se desejava reforçar a idéia primitiva do advérbio, ele era posposto ao verbo. É o início da projeção adverbial. O acusativo era mantido. Com o tempo, esse advérbio foi reinterpretado, por meio de nova gramaticalização, como uma preposição que introduz um determinado caso e seu significado voltou a se obscurecer.

CPV > CVA *ingreditur+in* > *ingreditur in*+acusativo

Com o enrijecimento da estrutura, a necessidade comunicativa muitas vezes desejava reforçar a idéia primitiva do advérbio. Para tal, as preposições foram substituídas por advérbios mais encorpados (normalmente antigos comparativos em *-ter*, *-tra*, *-tro*). Esses advérbios carregaram para si a idéia do alativo, tornando, assim, o caso acusativo redundante. Além disso, o acusativo já estava foneticamente desgastado e se confundia, em muitos casos, com o nominativo ou com o ablativo.

CVA *ingreditur+intro* > *ingreditur intro*+ (“caso oblíquo”)

Muitas vezes, da mesma forma que os advérbios, os prefixos e as preposições se gramaticalizaram, o deslocamento do advérbio obscurece novamente o sentido do verbo, formando os chamados “verbos leves”; assim, em vez de *andare giù* ou *venire giù*, forma-se

VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos versos portugueses do tipo *jogar fora*.

um *dare giù* nos dialetos italianos com o mesmo sentido (Gsell, 1982, p. 76).

A coloquialidade do latim da *Peregrinatio*, mencionada acima, mostra que essas formas não se desenvolveram por causa do contato com o alemão. Elas já estavam no romance falado: comprova-se isso indiretamente pelo latim medieval. Na verdade, com relação aos inúmeros verbos com CVA do tipo *dar si* do romanche, é o inverso que se deve pensar: elas não se tornaram prolíficas nos Alpes por causa de substratos ou superstratos germânicos. Elas eram tão comuns lá quanto em qualquer local da România: o romeno, apesar de não ter tido praticamente contatos com línguas germânicas, também diz *a da jos*, “descer”, “baixar”; *a (se) da înapoi*, “devolver, retornar”; *a da afará*, “jogar fora”; *a sta jos*, “sentar-se”. A topografia do ambiente alpino talvez tenha facilitado a especialização das formas. O alemão, durante a Idade Média, por sua vez, muito provavelmente apenas serviu como estímulo para a propagação e aumentou a frequência do seu uso, pois tolerava mais a CVA do que o latim, por causa das construções com os *trennbare Verben* em que o advérbio vem posposto ao verbo.

4. PRODUTIVIDADE DA PROJEÇÃO ADVERBIAL NO PORTUGUÊS

A concepção do pleonasma como elemento importante na comunicação, às vezes essencial em muitas línguas, não é compartilhada pela gramática de cunho mais tradicional devido à visão logicizante mencionada acima. Nem sempre essa visão foi assim com respeito à CVA. De fato, durante muito tempo a construção não padecia de nenhum juízo de valor, elemento que hoje em dia é levado em conta para a compreensão dos motivos que norteiam as predileções das variantes nas mudanças lingüísticas.

O latim medieval, porém, exerceu muita força, na verdade, não especificamente contra a CVA, mas contra o analitismo, de um modo geral. O analitismo sempre foi condenável nas línguas româ-

Filol. lingüíst. port., n. 5, p. 143-176, 2002.

nicas. Em português, sempre se achou “mais elegante” dizer *não vamos* em vez de *nós não vamos* e, sobretudo após o racionalismo setecentista, criou-se o horror pelos pleonasmos viciosos como *sair para fora*, *caber dentro*, *entrar para dentro*, destituindo assim, até no plano do falante comum, formas justificadas pela necessidade de ênfase, que é tão importante quanto a lógica das hierarquias sintáticas numa língua. Parece que o esforço logicizante setecentista foi até mesmo contra a posição tradicional da gramática de estabelecer formas abonadas em “bons autores”:

“o demônio, vendo tão feiamente inclinado a Saul, se saiu fora, envergonhando-se que pudesse o mundo cuidar que aquela tentação era sua” (Vieira, Sermão no sábado quarto da Quaresma em Lisboa, 1652, cap. 6)

Em inglês também são normais formas como *to sit down*, *to wash in*. Em algumas línguas, o pleonasma e a aposição são imprescindíveis para a funcionalidade da comunicação. Em chinês, *huí* significa “retornar”, mas o monossilabismo dessa língua faz que se criem inúmeros homônimos, de modo que essa idéia é mais bem expressa como *huíqù*, em que *qù* significa “ir”. Inversamente, *sù* significa “chamar de volta”, mas fica mais claro com o mesmo *huí*, ou seja, *huísù*. O mesmo verbo *qù* pode ligar-se com *zhao* “procurar”, criando *qùzhao*, que também significa “procurar” e assim por diante (Cowie e Evison, 1980). As relações de subordinação sempre viveram com estruturas pleonásticas ou apositivas, mas essas parecem ter sido ainda ignoradas pelo Estruturalismo e pelo Gerativismo, em detrimento daquelas, pois esclarecer as relações de subordinação eram as principais tarefas de quem descreve uma língua. Não estranha, por conseguinte, o fato de o aposto e o vocativo serem colocados, nas gramáticas, sempre à margem, depois das relações lógicas entre sujeito, predicado e demais argumentos. Tudo que fugia a isso e não era nem aposto, nem vocativo, era considerado “anacoluto”, filão explorado mais tarde pelos lingüistas com os estudos de tópico e antitópico.

Resumindo, o mecanismo da PA sobre verbos prefixados foi um procedimento válido, porém acompanhado pelo preconceito contra o analitismo e, posteriormente, contra o pleonasma.

A produtividade da CVA nos Alpes (romanche, ladino, friulano e dialetos italianos setentrionais) é muito alta, mas o que houve nos Alpes não foi uma *contaminação* do alemão, antes o contrário ocorreu: houve um refreamento da produtividade de CVA nas áreas não-alpinas. O adstrato alemão naquela região foi indubitavelmente mais tolerante à construção do que nas regiões onde só havia a diglossia românico/latim medieval. No caso do romeno, a diglossia românico/eslavo eclesiástico não permitiu o aumento do seu uso, uma vez que o eslavo eclesiástico também não tem com frequência tais construções. Só bem mais tarde é que se pode pensar em decalque e, mesmo assim, apenas do ponto de vista semântico e não sintático. Algumas combinações decalcadas, como *dar si*, de fato têm uma frequência de uso alta, mas isso não impede a produtividade da estrutura, nem engessa os falares romanches, como se dependessem exclusivamente das formas alemãs para se expressar.

A CVA, exemplo particular da estrutura VX, aponta, portanto, para a dinâmica de dois movimentos antagônicos:

a) um já completo no passado: a transposição do verbo do final da frase para o início, acompanhando o deslocamento da posição de ênfase.

b) outro, ainda em percurso, iniciado no exato momento da transposição do verbo, qual seja, o deslocamento do advérbio (entre outros elementos) da sua situação pré-verbal para outra pós-verbal. Essa transposição não foi neutra, mas carregada de revitalização do advérbio, perceptível pelo caráter tônico que desenvolveu.

A influência latina foi tanta na Europa que surpreende saber, sob o testemunho de um falante nativo do alemão, que as formas verbais com prefixos separáveis – tão produtivas e ricas – sejam sentidas como coloquiais até mesmo em alemão e prova disso é que a língua escrita prefere *entfernen* a *abmachen*, *öffnen* a *aufmachen*,

zerstören a *hinmachen*, *schließen* a *zumachen*, por sentir as formas com prefixos “imprecisas e primitivas” (Gsell, 1982, p. 83). Se assim é no alemão, língua em que são muito abundantes, não seria assim nas línguas românicas, que gostariam de guardar o “sintetismo latino” por uma questão de nostalgia da origem ou por uma maior facilidade de imitação?

No português, há dezenas de combinações em que se vislumbra a CVA, todas confinadas à língua coloquial: *cortar fora*, *jogar fora*, *dar em cima*, “insistir”; *dar uma dentro*, “falar algo relevante”; *dar o fora*, “fugir”; *dar um fora*, “falar algo inadequado”; *dar por fora*, “dar dinheiro extra (normalmente ilegal)”; *dar de frente*, “chocar, entrar em discussão”; *dar para trás*, “desistir, não funcionar”; *estar por cima*, “estar em boa posição social”; *estar por baixo*, “estar triste, estar em má situação”; *estar por dentro*, “saber, conhecer as coisas com detalhes (cf. al. *eingehen*)”; *estar (de) fora*, “não participar”; *estar por fora*, “desconhecer”; *ir abaixo*, “desabar”; *ir para cima*, “avançar”; *ir em frente*, “caminhar”; *ir para frente*, “progredir”; *ir atrás*, “procurar”; *ficar por cima*, “sair vencedor”; *vir abaixo*, “ruir”; *vir atrás*, “procurar”; *cair em cima*, “avançar”; *cair fora*, “fugir”; *cair para trás*, “assustar-se”; *pôr (uma pedra) em cima*, “perdoar; esquecer”; *pôr de lado*, “separar; discriminar”; *botar/pôr para fora*, “expulsar; falar; vomitar”; *passar por cima*, “ignorar”; *passar para frente*, “vender”; *passar de lado*, “ignorar”; *passar para trás*, “enganar”; *mijar para trás*, “desistir”; *deixar para trás*, “desistir”; *ser alguém para frente*, “ser alguém alegre”; *tirar o corpo fora*, “eximir-se”; *comer fora*, “comer em restaurante”; *levar um fora*, “não ser correspondido amorosamente”; *levar adiantado*, “insistir”; *trabalhar para fora*, “não se ater apenas a trabalhos domésticos”; *jogar fora*, “desfazer-se”; *olhar para dentro*, “fazer auto-avaliação”; *olhar de lado*, “desdenhar”; *(sem) olhar para trás*, “arrepender-se”; *(querer) ver por trás*, “desejar o mal”; *falar por trás*, “falar mal de alguém”; *voltar atrás*, “desistir”; *estar por trás*, “ser o motivo ou o agente”; *tirar (o corpo) fora*, “desistir”; *tocar para frente*, “não desistir”; *pagar por fora*, “pagar além do combinado ou subornar”; *haver (algo) por trás*, “ser a causa”; *dar (a volta) por cima*,

VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos versos portugueses do tipo *jogar fora*.

“superar”; *cortar por dentro*, “pegar um atalho com o carro; sem ir pelas avenidas principais”; *falar para dentro*, “falar de maneira incompreensível”.

O cerne da formação de tais expressões seria a metáforização do locativo. Inicialmente, algumas restrições de escopo seriam o primeiro passo para a cristalização da forma, mais tarde a eliminação de um argumento tornaria a estrutura mais rígida e, em muitos casos, pronta para uma nova valência. Percebe-se também que muitas são extensões semânticas do verbo, ou seja, não acompanham necessariamente um advérbio que altere significados do verbo. É o caso das pleonásticas como *cuspir para fora*, *entrar para dentro* etc.

A partir de então, associam-se valores às direções. Esse traço tem algo de universal, como se depreende em Wierzbicka (1996, p. 58-9), mas, por outro lado, tem um forte componente cultural (Svorou, 1993). Sobrepor-se-á, portanto, ao nível lingüístico, uma vez que um traço cultural não se associa necessariamente a uma única língua, mas vale como uma herança da visão de mundo, que pode remontar a centenas, às vezes, a milhares de anos.

5. IMAGENS ASSOCIADAS AOS ADVÉRBIOS DE LUGAR NAS CVA

Acompanhar os rumos percorridos por um decalque pode chegar a abalar a visão simplista de sistema lingüístico. Não é por acaso que palavras como a do grego *ekkleío*, o latim *excludo*, o alemão *ausschließen*, norueguês *utelukke*, russo *izkljuchit*, húngaro *kizár* significam “excluir” e são compostas de um prefixo que significa “para fora” e de um radical que significa “chave”. Se por um lado é facilmente derivável a idéia de que excluir é deixar alguém trancado do lado de fora, essa noção não pode ser considerada universal (só seria desenvolvida em comunidades cujas casas têm portas, que, por sua vez, são trancadas a chave) nem lógica (pois depende de entes materiais cuja invenção advém da necessidade e arbítrio de uma comunidade). Trata-se de uma “imagem” que fez sucesso e

Filol. lingüíst. port., n. 5, p. 143-176, 2002.

adquiriu nível translingüístico, quer por causa do bilingüismo, quer por causa do prestígio da língua de partida. Pior do que ver universalidade é a tentativa de identificação genética à estrutura: assim o mesmo ocorre com os elementos “para fora” e “dar” na idéia de “publicar”: latim *edo*, alemão *ausgeben* etc. o que faz ver aí fumaças de uma indo-europeidade, quando na verdade é possível encontrar a mesma imagem em línguas não-indo-européias, como o húngaro: *kiad*. Talvez fosse mais correto dizer que o fenômeno é europeu em vez de arrojar uma explicação universal ou no indo-europeu. Segundo Bizzochi (1997, p. 95):

“Cumprer ressaltar que a tendência à tradução de vocábulos latinos não deve ser tomada como um traço absoluto de uma determinada língua, mas, antes, como um fenômeno lingüístico relativo a uma época e a um contexto sócio-lingüístico-cultural. Assim sendo, observa-se no desenvolvimento léxico das línguas européias um período de predominância da influência latina, seguido de uma fase de predominância francesa e, posteriormente, inglesa. Não obstante, essa tendência à tradução assumida por certas línguas permanece de modo geral ainda hoje, quer de forma residual, quer porque já se incorporou à estrutura léxica da língua”.

De fato, o húngaro, língua afiliada ao tronco fino-ugriano, entrou na Europa no séc. IX, mantendo seus aspectos singulares, mas é impossível imaginar que seus falantes mantivessem o mesmo modo de pensar após sua conversão ao Cristianismo e sua integração às nações européias. E é impossível imaginar que nesse processo de integração não houvesse compartilhado as imagens que circulavam pela Europa assim como qualquer outra língua indo-européia. Mesmo na sintaxe, o húngaro desenvolveu um conectivo *ki*, desconhecido das demais línguas do ramo urálico, gerando orações subordinadas adjetivas no lugar de encaixadas. No campo da semântica, a difusão de imagens é transnacional e translingüística: não respeita fronteiras, como as isoglossas fonéticas. São verdadeiras isoglossas semânticas. Imagens criadas espontaneamente debatem-se com imagens de alcance translingüístico e, não raro, é impossível determinar a sua direção para atribuir corretamente a expressão

empréstimo de tal língua. Também é difícil associar isso a um sistema lingüístico particular quando estão em muitas línguas. O que vale para o campo lexical e semântico também vale para o sintático e para o fonético, como demonstrou Sandfeld (1930), quando fundou a Lingüística Balcânica: são inúmeras as semelhanças fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas entre o grego, o búlgaro, o albanês, o romeno e o húngaro, embora todos sejam afiliados a troncos lingüísticos distintos.

Associar, por exemplo, a parte superior com algo bom e a parte inferior a algo mau pode ter sido reminiscência da visão cristã, em que se opõem o céu, que está “em cima”, e o inferno, que está “em baixo”, mas o aparecimento da mesma oposição numa cultura não-cristã poderia apontar para uma associação natural entre o que é bom e aquilo que está no céu límpido, voando ou entre o que é mau e aquilo que está no chão sujo, rastejando. Estudar tais relações seria muito interessante (Lakoff e Johnson, 1980, p. 14-21).

Assim, em português se diz que *está por cima* quem está bem de vida, de saúde, de dinheiro etc. e logicamente aí se forma, por oposição, a expressão *estar por baixo*. O mesmo se pode dizer do resultativo *ficar por cima*. Alguém que é ou se sente superior, portanto, supera aqueles que lhe são inferiores, daí a construção *passar por cima*. Atenção deve ser tomada para a presença do lat. *super* “em cima” em palavras como *superior*, *superar*. Observe que já no latim há, para o sentido de “dominar” os verbos *supersum*, *supersto* e para “presidir”, *supersedeo*. Também uma pessoa que estava numa situação ruim e que supera essa situação *dá uma volta por cima*. Em latim, “superar” se dizia *supercurro*, *supergredior*, *superuado*. Em todas essas expressões, a imagem de “por cima” conota superioridade, poder, prepotência e, portanto, segurança emocional advinda dessa superioridade. Quando alguém exagera em enxergar-se superior e tem uma auto-estima muito grande, mesmo não tendo razões para isso, normalmente é aconselhado a *baixar a bola*, expressão que, novamente, reforça a imagem acima descrita. Da mesma

forma, quando se elogia demais alguém, diz-se que o *pôs lá em cima*: em todos esses casos, as partes inferiores estão associadas simbolicamente como algo pior que as partes superiores. Há um sem-número de associações semelhantes fora da construção aqui estudada; por exemplo, na composição de radicais, uma pessoa entristecida está *cabisbaixa*, por outro lado, uma pessoa arrogante se diz em alemão *hochnäsigt* “de nariz para o alto”. Assim, a língua vai construindo expressões, muitas vezes mais comuns numa região do que em outra, com o mesmo valor: *andar por baixo*, *ficar por baixo*, *deixar pra baixo*. Também a idéia de “ruir” de expressões como *ir abaixo*, *vir abaixo* reforçam a idéia negativa da parte inferior, associada à destruição.

Por outro lado, substituir na expressão *estar por cima* a preposição *por* pela preposição *em* geraria a construção *estar em cima* que não tem nenhum outro valor semântico a não ser o local. No entanto, algum argumento específico pode retirar a expressão desse valor primário e colocá-lo no nível derivado de valores superioridade/inferioridade. Isso ocorre quando se acrescenta a palavra *tudo*. Dessa forma, quando alguém diz que *está tudo em cima*, não diz apenas sobre a posição locativa, mas tem forte carga valorativa criando não só uma associação no âmbito do bom, mas também no âmbito do belo.

No entanto, não é somente essa a variação semântica que se depreende do eixo vertical. Quando se diz *ficar em cima*, a concepção em questão é um pouco distinta. Não se trata da oposição entre aquele que é inferior e jaz sobre a terra e aquele que é superior e levita sobre os demais. Essa expressão significa simplesmente “insistir com veemência”, sentido facilmente derivável da *imagem* de quem está em cima e de lá não quer sair. A continuidade do processo se vê no verbo *ficar*, mais adequado do que *estar*, nesse caso. Aqui, “ficar” equivale a “continuar, permanecer”, donde se implica que a pressão é voluntária e contínua, como o ato de “insistir”. Também o inglês diria, para algo do gênero, *to keep on*, e especial destaque se deve dar aqui à partícula *on* que equivale a “em cima”,

VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos versos portugueses do tipo *jogar fora*.

em oposição a *over* que seria o “por cima”. No caso de insistência abrupta, motivada por alguma revelação, se diz que alguém *caiu em cima* de alguém para saber a verdade. No contexto da paquera, a insistência no oferecer-se mudaria o verbo para *dar em cima*.

Se se subtrai da expressão *cair em cima* a insistência e só se mantém a agressividade, diz-se que alguém *foi pra cima* ou que *veio pra cima* de outra pessoa. Essa construção já se encontra em Gregório de Tours: *venerunt hi barbari super nos* “vieram estes bárbaros para cima de nós” e em composições do latim clássico: *subeo, subicio, subigo, surgo* “marchar contra”, *subsido* “atacar inesperadamente”, *suburgeo, succedo, suggredior* “assaltar, atacar, avançar”. Essas construções são muito antigas, mesmo no latim, pois remontam à fase em que o *sub* latino equivale a “de baixo para cima”, donde “para cima” e não “embaixo”.

Mas ainda outra preposição pode encabeçar o sintagma de valor locativo. Schemann e Schemann-Dias apresentam a expressão usada no português lusitano *dar para baixo a alguém* com o sentido de “dar uma lição em alguém” da qual se pode depreender um valor de superioridade, mas se se interpreta o *dar* como um verbo-suporte para atos violentos (derivado de *dar um tapa, dar um safanão, dar um beliscão, dar uma rasteira, dar uma paulada*, presente em muitas línguas românicas), daí nasceriam os valores atestados por Simões (1993) “bater”, “castigar”.

Uma outra imagem bem distinta é aquela em que uma coisa se coloca sobre outra, encobrindo-a, ocultando-a. Assim, dizer que algo é feito ou que algum dinheiro foi dado *debaixo do pano*, associa aquilo que é oculto com o que é criminoso. Esse valor, derivado em latim de verbos como “rastejar”, *subrepto*, desenvolveu um largo vocabulário: *subausculta, subeo, sublabor, submitto, suborno, subscribo, subicio, suppono* etc. todos com o valor secundário de ato secreto, furtivo, subreptício, ilícito. Nesse caso *sub-* equivale a “embaixo”, ou seja, são verbos formados mais tardiamente em latim do que *subeo* e outros acima citados. Inversamente, o que está por cima encobre e apaga o que está embaixo, daí expressões como *pôr uma*

Filol. lingüíst. port., n. 5, p. 143-176, 2002.

pedra em cima no sentido de “fazer um esforço para esquecer algo”. Nesse contexto também se empregaria um verbo como o já citado “superar”.

As noções espaciais costumam confundir-se. Assim, se algo se levanta da água, na verdade *emerge*, ou seja, vai para fora ao mesmo tempo que vai para cima. Desde o latim, muitos verbos com *ex-* têm o valor de “para cima”: *efficio, emolior, erigo, excito, extollo* “construir, erguer, elevar, endireitar”. Nesses casos, se algo emerge da água não estará mais dentro dela, daí o sentido da *superficialidade*, que se opõe à *profundidade*, que se estende para além do sentido locativo. Dessa forma, *ler algo por cima* é ler superficialmente, sem se ater a nenhum detalhe com muita atenção. Da mesma forma se diz *falar algo por alto, mencionar fatos por alto*. De maneira inversa, mas seguindo o mesmo raciocínio, a profundidade deriva-se não do valor locativo da verticalidade, mas do da interioridade, daí dizer que alguém *está por dentro* de algum assunto, no sentido de *saber, entender*. Dessa imagem derivam-se outras expressões como *ficar por dentro* isto é, “vir a saber”, “informar-se” e o factitivo *deixar alguém por dentro*, ou seja, “fazer que outrem saiba”.

A oposição lógica a “dentro” é “fora”, daí é possível reformular as expressões quando se quer especificar a exclusão: o jogador *está fora*, quando está expulso; alguém *é de fora* se não pertence à mesma comunidade (cf. alemão *Ausländer* ou chinês *wàirén*); alguém *está por fora* quando não sabe do que os outros falam, portanto não está incluído entre os que *estão por dentro*; alguém que prefere *ficar de fora* não quer participar; dizer que alguém *foi deixado de fora* na verdade é o mesmo que dizer que foi excluído. Há inúmeros verbos em latim com idéias semelhantes, expressas pelos prefixos *ab, de, ex*. O substantivo *bota-fora* é uma construção curiosa com esse valor, ainda que ironicamente.

Às vezes o sentido de “fora” advém de um escopo da locução, omitido por ser evidente. Em vez de *trabalhar fora de casa* se diz *trabalhar fora* (sobretudo para mulheres, onde *fora* implica outra situação que a de dona-de-casa), em vez de dizer *comer fora de casa*,

se diz *comer fora* (num restaurante, por ex.). É essa a cena básica para a derivação do significado de *complementaridade*, daquilo que é *extra* (cf. valor latino) presente ainda na construção *fora isso*, que equivale a "além disso". Desse valor se derivam facilmente outros, como o do que excede o necessário, o que transborda, por ser excessivo ou supérfluo, daí *joga-se fora* (em Portugal, *deita-se fora*) o que não é imprescindível, nem merece apego ou atenção. Da mesma forma para algo positivo, bom, interessante, diz-se ser algo que *não é de se jogar fora*. O que excede o necessário é muitas vezes o que se consegue de outras formas não-convencionais, que se consegue ilicitamente: *dar por fora* é dar uma quantia não estipulada em contrato a fim de sonegar impostos. O mesmo acontece com *receber por fora*, *ganhar por fora*.

Da idéia de desfazer-se, advinda de *jogar fora*, nasce outra, a de "desfazer-se da obrigação", "eximir-se", daí a curiosa construção *cair fora*, que parece fundamentar-se na imagem de algo em movimento (trem, caminhão) do qual a pessoa se livra, pulando dele. Situação idêntica reflete a expressão com escopo específico *tirar o corpo fora*. Ainda hoje se ouve, para o mesmo sentido, o *sair fora* do acima transcrito exemplo de Vieira, relegado à linguagem coloquial (*sai fora dessa, meu irmão!*). Como em "cair em cima", a opção pelo verbo "cair" implica não seu sentido básico, mas o de volição associada à intensidade. Esse rompimento com a obrigação normalmente se diz por meio do advérbio substantivado, donde nascem formas como *dar o fora*, ou seja, uma construção irônica, que encerra em si o paradoxo "oferecer excluindo-se". Com o mesmo sentido, *dar um fora a alguém* é, segundo a fala lusitana, "romper um namoro, noivado etc.", mas no Brasil, *dar um fora em alguém* pode significar "rechaçar alguém que se aproxima com intenção amorosa", donde se extrai o inverso *levar um fora*. Além disso, *dar um fora* sem outros argumentos se diz quando a pessoa, involuntariamente, diz algo que ofende o ouvinte ou que revela algo indesejável ao ouvinte. Nesse caso, o "fora" está ligado à mesma noção de *estar por fora*, ou seja, aquela informação transmitida desastrosamente é algo que o

falante, se *estivesse por dentro*, não deixaria "escapar". Às vezes, ouve-se o contrário, *dar uma dentro* no sentido de falar casualmente algo conveniente ou com sentido. A mudança de gênero do artigo *um* para *uma* não deixa de ser interessante.

Há outras derivações causadas pela anulação de escopo específico. Assim *para fora* pode significar simplesmente *para fora do corpo*, empregado sobretudo para a voz, por metáfora do ar pulmonar egressivo que a produz, ou por excreções variadas. Assim *pôr pra fora* pode significar "falar, desembuchar", mas também "vomitar" e "defecar", conforme o contexto. O mesmo se diz com os sinônimos de *pôr*: *colocar pra fora*, *botar pra fora*. Também se ouve construção semelhante no pleonástico *cuspir tudo pra fora*, que encontra seu correspondente no latim *exspuere*. No sentido inverso, uma forma mais rude de falar "comer" seria *meter o almoço pra dentro*.

No contexto de "falar", muitas vezes o sentido mais abstrato é o de "expressar-se", que remonta ao latim, uma vez que o próprio verbo *expressar* tem prefixo *ex* que significa "para fora". Assim, aqui vale uma idéia clássica de que a expressão é um fenômeno que reflete a idéia, a essência, que está imanente. Então a essência, o que realmente é, está *por dentro*, como revelam expressões como *no fundo ele é uma boa pessoa*. Então se é algo ruim o que está por dentro e que não sai por meio da expressão, tem-se caracterizada a hipocrisia: *rir por dentro*. Por outro lado, o fato de a expressão não se realizar pode simplesmente referir-se a uma incapacidade expressiva e não à má-fé: *falar pra dentro* é falar mal, baixo demais, grave demais, de maneira inaudível ou incompreensível.

Não só se associa o que está dentro com a verdade, mas também o que está atrás, encoberta de alguma forma por aquilo que está na frente. Mas há uma diferença sutil: *rir por dentro* é rir sem que qualquer pessoa saiba, pois o escárnio está confinado ao íntimo de quem ri; por outro lado, *rir por trás* é propalar as características ridículas da pessoa entre os outros. A única coisa em comum é a hipocrisia, ausente em quem *ri na cara*. O mesmo se pode dizer de

falar por trás em oposição a *falar na cara*. Aliás, *cara* ou *face* são muitas vezes gramaticalizadas nas línguas para marcar anterioridade (Svorou, 1993) e, daí, direção, cf. galego *cara* “em direção a”, castelhano *hacia* < **facia* < *face a*. Algo que *está por trás* é algo que não é óbvio, cuja verdade não é evidente e precisa de investigação para se descobrir. O latim também usa *praetexto* com o valor de “pôr na frente, ocultar, alegar, dar como pretexto” e em alguns compostos de *ob-* com as mesmas associações: o que está na frente equivaleria à sinceridade e o que está por trás à falsidade.

Daí associa-se mais tarde o bom com o que vai na frente e o mau com o que vai atrás. O progresso (cf. latim *pro-*), visto como coisa boa, associa-se à idéia da posição anterior, donde expressões como *estar à frente*, que se opõe a *estar atrás*, ou então *dar um passo adiante* que se opõem a *andar pra trás* (também no alemão *rückläufig* equivalente do latim *retrogradus*). Um composto curioso se ouviu no séc. XX, já desusado, *prafrentex*, que era derivado de *ser pra frente* no sentido de “ser moderno”. Assim, inúmeras construções se associam a essa idéia de o futuro ser uma coisa boa e o passado, ruim (por não ser somente passado, mas ultrapassado): *ir pra frente*, *ir em frente*.

Também associar *atrás* com passado se vê na expressão *não olhar para trás*, metáfora antiqüíssima para “sem se lembrar do passado”, “sem remorsos”, como se vê na referência à mulher de Loth no Gênesis bíblico. Também quem volta atrás faz aquilo a que se propôs nunca mais fazer, rompendo um acordo com outra pessoa. O mesmo ocorre com quem *dá para trás*, semelhante ao *to give up* do inglês, embora baseado em outra imagem. No entanto, em Portugal, *dar para trás a alguém* é não permitir que alguém tenha certas liberdades, aproximando-se do brasileiro “dar um fora em alguém”, “dar um chega-pra-lá”. Do ponto de vista factitivo, *levar alguém adiante* é melhorar a situação de alguém, já *passar alguém pra trás* é deixá-lo em condição ruim por meio do engodo. De qualquer forma, é ruim *estar atrás* ou *ficar pra trás*. A imagem de quem *fica atrás* é de quem foi ultrapassado numa corrida, perdendo a competição.

Contrariamente *deixar os outros pra trás* é positivo, pois é característico do corredor que está vencendo. Mas essa não é a única imagem possível, uma vez que quem está de costas é mais vulnerável do que aquele que, de frente, pode defender-se: *dizer que quer ver alguém por trás* (ou *pelas costas*) é desejar o mal a essa pessoa, como se estivesse vulnerável para um golpe.

Alterando a preposição que encabeça a expressão, nascem outras imagens: a locução *de frente* supõe uma colisão, algo que vem na direção oposta, mormente de maneira hostil: daí nascerem formas como *bater de frente* com alguém ou *dar de frente* com alguém. Sem um movimento preciso, pode significar simplesmente contemplação: *estar diante de um problema*. Mas se a imagem não é a de confronto, mas de perseguição, muitas vezes *atrás* pode significar finalidade: *correr atrás*, *vir atrás*, *ir atrás*. O próprio Camões diz no soneto 48 “*corro após este bem que não se alcança*”, à semelhança de Gregório de Tours, onde se lê *vade post eum* “ide atrás dele”, ou seja, “ide procurá-lo”.

Outros valores ainda se encontram, alguns pouco produtivos, como na expressão *cair pra trás*, referente à imagem do desmaio, que tem ainda valor locativo muito forte, embora possa simplesmente, por hipérbole, significar “ficar muito surpreso”.

Da mesma forma que “para fora” indica exclusão, muitas vezes, por outro caminho, “de lado” adquire valor semelhante. O ato de eximir-se, portanto, pode aparecer tanto em *cair fora* quanto em *saltar de banda*. Uma outra imagem que fundamenta o traço semântico da exclusão é a da seleção de grãos, em que os menos adequados são postos ao lado dos melhores. Da mesma forma, *pôr alguém de lado* significa “excluir”; também *deixar algo de lado* tem o mesmo significado de “não levar algo em conta”, “não incluir”. A idéia passiva de quem não foi incluído é expressa como *deixar de lado*. Também olhar alguém com desprezo, por não participar do assunto ou do grupo, é expresso como *olhar alguém de lado*, uma vez que tal pessoa não estaria frente a frente, entabulando conversação com aquele que o despreza.

Mas também a lateralidade pode significar coisa muito distinta: companheirismo, ajuda, cumplicidade, uma vez que amigos e outras pessoas que se querem bem andam sempre um do lado do outro como se antevê nas expressões *ficar ao lado de alguém* que significa "fazer companhia na adversidade" e *ficar do lado de alguém* que significa semelhantemente "tomar partido de alguém durante um conflito". Em latim, *advocatus* é quem foi "chamado para ficar do lado", ou seja, "para auxiliar".

6. CONCLUSÕES

Como se vê, a existência da CVA em português não é resultado de derivas obscuras nem tem absolutamente nada de germânico e não pode ser tachada de maneira tão simplista como influência do inglês ou do alemão como ocorre no ambiente alpino. Tanto a estrutura quanto as imagens que a conceberam datam do tempo em que o latim era uma norma culta – seja durante o Império Romano, seja durante toda a Idade Média – ou até mesmo antes. Se os há nos falares alpinos é porque já existiam naquele falar, como existem em todos os falares românicos, do português ao romeno. Jaberg (1939) cita inúmeros exemplos, no italiano: *tirare su, dar fuori, lasciar fuori, venir su, dare indietro, mandare indietro, correre apresso, cacciare fuori, girare intorno* e no francês *jeter dehors, mettre dedans, rester debout*, entre outras. O purismo se acerca dessas formas, uma vez que a gramática tradicional, numa tentativa secular e artificial de aproximar o vernáculo do latim, sempre privilegiou as formas sintéticas às analíticas na morfologia e na sintaxe. Por isso, no português as CVA estão confinadas à fala e de modo algum a norma culta as acolhe.

O mais interessante, no entanto, não é apenas detectar sua gênese, mas também observar que as CVA são fontes inesgotáveis de imagens, tais como os verbos prefixados do grego e do latim. Dentre essas imagens, há aquelas em que muitas vezes se vê, preco-

amente, algo de universal; outras dispõem de sólido e antigo embasamento tradicional, movidas pelos antagonismos que são apostos às metáforas dos locativos. Por fim, há aquelas que propõem uma metáfora e uma imagem nova, que tenta impor-se face a tantas outras já sedimentadas. Estudar a semântica de construções similares e igualmente pouco produtivas no português, como a já mencionada *dar uma +ada*, é tarefa bastante complexa, mas dá pistas excelentes sobre o fenômeno da mudança lingüística no português, que carece de estudos semânticos.

BIBLIOGRAFIA

- ALBRETTI, A. (1997) *Slovene: a complete course for beginners*. London, NTC.
- ASCOLI, G. I. (1873) Saggi Ladini. *Archivio Glottologico Italiano*, n. 1, p. 316-53.
- BIZOCCHI, A. L. (1997) *Léxico e Ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo, Annablume.
- BRÉAL, M. (1992) *Ensaio de semântica*. São Paulo, Educ/Fontes.
- BYBEE, J. et alii (1994) *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago/London, University of Chicago.
- CASTILHO, A. T. de (1998) *Langue parlée et processus grammaticaux*. *Orbis*. Leuven, Paris, Peeters, n. 10, p. 141-8.
- _____. (1993) *A predicação adverbial no português falado*. São Paulo, FFLCH-USP. Tese de livre-docência.
- COWIE, A. P.; EVISON, A. (1980) *Concise English-Chinese Chinese-English dictionary*. Oxford, Oxford University Press.
- GIVÓN, T. (1979) From discourse to syntax grammar as a processing strategy. In GIVÓN, T. (org.) *Syntax and Semantics*. San Diego, Academic Press, n. 12, p. 81-112.
- GSELL, O. (1982) *Las rosas dattan ora – les roses da fora – le rose danno fuori: Verbalperiphrasen mit Ortsadverb im Rätoromanischen und im Italienischen*. In HEINZ, S. & WANDRUSZKA, U. (org.) *Fakten und Theorien: Beiträge zur romanischen und allgemeinen Sprachwissenschaft: Festschrift für Helmut Stimm zum 65. Geburtstag*. Tübingen, Gunther Narr, p. 71-85.
- HUBER, J. (1986/1933) *Gramática do português antigo*. Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- JABERG, K. (1939) *Considérations sur quelques caractères généraux du romanche. Mélanges de linguistique offerts a Charles Bailly*. Genebra, George & Cie, p. 283-92.
- KOTNIK, J. (1963) *Wörterbuch slowenisch-deutsch deutsch-slowenisch*. Berlin/München/Wien/Zürique, Langenscheidt.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. (1980) *Metaphors we live by*. Chicago, University of Chicago.

VIARO, Mário Eduardo. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos versos portugueses do tipo *jogar fora*.

LINDSAY, W. M. (1937) *A short historical Latin grammar*. Oxford, Clarendon.

MAGAY, T.; KISS, L. (1996) *Hungarian and English dictionary*. Lincolwood, NTC.

MAURER Jr., T. H. (1951) *A unidade da România ocidental*. São Paulo, FFLCH.

_____. (1962) *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Acadêmica.

MEYER-LÜBKE, W. (1992). *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg, Carl Winter.

MOSELEY, C.; ASHER, R. E. (1994) *Atlas of the world's languages*. London, Routledge.

NICULESCU, A. (1983) *História breve da língua romena*. Rio de Janeiro, Edusp/Presença.

SANDFELD, K. (1930) *Linguistique balkanique: problèmes et résultats*. Paris, Honoré Champion.

SCHALKWYK, H. van. (1992) *Afrikaans*. London, NTC.

SCHEMANN, H.; SCHEMANN-DIAS, L. (s/d) *Dicionário idiomático português-alemão*. Braga, Max Hueber/Cruz.

SIMÕES, G. A. (1993) *Dicionário de expressões populares portuguesas*. Lisboa, D. Quixote.

SVOROU, S. (1993) *The grammar of space*. Amsterdam/Filadélfia, John Benjamins.

TESNIÈRE, L. (1988). *Eléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck.

VIARO, M. E. (2001) *A construção verbo+advérbio de lugar no romanche: herança latina ou decalque germânico?* Tese de doutoramento. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

WIERZBICKA, A. (1996). *Semantics: primes and universals*. Oxford, Oxford University Press.

ABSTRACT: This article deals with the Verb+Local Adverb constructions in Portuguese, which form a set with relative few elements in that language, if it is compared with other languages, such as English (*phrasal verbs*) or German (*trennbare Verben*). Those constructions have their origin in a so-called adverbial projection of praefixed verbs and bring together in it an imagery which sometimes has translinguistical diffusion.

Keywords: syntax, semantics, local adverbs, grammaticalization, drifts.